

Movimentos de ocupação e os limites da teoria

Occupy movements and the limits of theory

Slavoj Žizek.

O ano em que sonhamos perigosamente. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012, 140pp.

David Harvey... et al.

Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Pescjanski... et al. São Paulo: Carta Maior/Boitempo, 2012, pp. 86.

Acácio Augusto

Doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP, Brasil, pesquisador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Professor substituto no Departamento de Política da PUC-SP e professor no curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina (FASM). Escreveu, com Edson Passetti, em 2008, *Anarquismo & educação* (Autêntica: Belo Horizonte). Contato: estadoaltera@yahoo.com.br.

Explicitando, previamente, o que se pretende com essa resenha de dois livros fundamentais para compreensão dos atuais movimentos de protestos por ocupações é marcar, no limite das teorias, o julgamento. Este aparece nas análises realizadas pelos dois livros como principal atividade crítica. Longe de constatar vagos princípios de incerteza e contingência, dizer que as teorias estão limitadas pela tarefa primeira que se propõem, ou seja, julgar, é afirmar que diante de acontecimentos e seus desdobramentos, a análise se coloca em uma posição de luta, assumindo uma perspectiva em

relação ao que se está lidando e, ato contínuo, aos riscos provocados a partir dessa perspectiva. Essa atitude não coloca o melhor ou o pior, mas apenas enfrenta problemas e questões incitadas pela contingência dos acontecimentos de maneira diferente, chegando a conclusões diversas: na análise, nos colocamos imediatamente no olho do furacão.

O ano de 2011, como é mais do que conhecido, foi marcado por uma série de protestos em todo planeta. Estes com especificidades e diferenças mapeáveis, aproximam-se em três características: foram articulados por jovens de classe média

escolarizados, com extenso uso das tecnologias computo-informacionais; usaram como tática a ocupação de praças, buscando uma face pública apartidária e horizontal; expressaram um desejo de democracia e participação como indignação diante de ditaduras (caso do Norte da África) ou do avanço do poder econômico, sintetizado da expressão “somos 99%”, do movimento *Occupy Wall Street*, diante do 1% concentrado na Bolsa de Valores de Nova York, ou do lema “democracia real, yá”, dos indignados espanhóis.

Estes protestos e mobilizações despertaram grande interesse, entusiasmo e esperança nos intelectuais, antes chamados de esquerda, hoje descritos como adeptos da política radical. Da mesma maneira que ocorrera em 1994, com o levante zapatista no México, a princípio contra o NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio), que entrara em vigor no dia 1 de janeiro do mesmo ano, e com os *movimentos antiglobalização*, iniciados na cidade de Seattle, em 1999, também chamados de *ação global dos povos contra o capitalismo*. Estes dois movimentos apresentam-se como principais referências dos protestos de 2011.

Occupy: movimentos protestos que tomaram as ruas e O ano em que sonhamos perigosamente, são duas interessantes publicações, não apenas para analisar o atual campo da chamada política radical, mas também para acompanhar a relação que a produção intelectual mantém com os movimentos de protesto que tomaram as praças em todo planeta. A velocidade dos tempos atuais, com suas tecnologias de informação e comunicação e a primazia do trabalho intelectual nas sociedades contemporâneas provocaram um rápido esgotamento tanto dos movimentos e suas formas de atuação, quanto do pensamento como foco de experiência diante dos acontecimentos. Isso produz no analista um certo compasso de espera, na tentativa de produzir um contratempo ou, ao menos, buscar um ritmo sincopado; ao mesmo tempo, incita uma certa afobação nos teóricos que correm de encontro aos eventos para confirmar suas esperanças ou neles imprimir seus próprios anseios teóricos e políticos.

Nesse sentido, o primeiro livro oferece um panorama bastante satisfatório dessa relação, com um conjunto coeso de calibrados intelectuais identificados com o

contemporâneo marxismo. Afora os esforços em retomar a pertinência de Hegel associado à teoria psicanalítica (em especial de Lacan) e a um certo cristianismo imanente, é possível contemplar um série de interessantes apostas e conclusões tiradas das mobilizações de 2011. Entre os mais otimistas, como de Immanuel Wallerstein, a esquerda não será mais a mesma depois desses protestos e que o movimento *Occupy* prova a queda do Império estadunidense (pp. 73-76). Há o ato de fé na teoria, como o de Giovanni Alves, que ao dar uma mão de verniz no conceito marxiano de proletariado, chamado agora de *precariado*, faz um alerta ameaçador: “Aviso aos navegantes pós-modernistas: hoje, mais do que nunca, o método dialético tornou-se indispensável no exercício da crítica social” (p. 37). Mais amplamente, contudo, o conjunto de textos combina uma série entusiasmada de elogios aos esforços dos jovens no mundo todo, com a enumeração do que *falta* para os movimentos. Enfim, postulam que devemos saudar a *onda* de protestos, mas buscar sua radicalização revolucionária preenchendo suas lacunas com teoria.

O que falta, então? Falta um programa definido de ação (Zizek,

pp. 15-25), uma pauta propositiva alternativa (Harvey, 57-64) uma ideia orientadora que anime o espírito (Safatle, pp. 45-55), uma perspectiva revolucionária e anticapitalista (Alves, 31-38); falta questionar a democracia burguesa, falta um líder etc. Em suma, a teoria aponta aos manifestantes que lhes falta a perspectiva da luta de classes e um horizonte revolucionário comunista, como sintetiza a expressão de Zizek, colocando as coisas em termos do bem e do mal, evocando, evidentemente, uma imagem do cristianismo: “quando os conservadores fundamentalistas afirmam que a América é uma nação cristã, deveríamos recordar o que é o cristianismo: o Espírito Santo, a comunidade livre igualitária de fiéis unidos pelo amor. São os manifestantes que encarnam o Espírito Santo enquanto em Wall Street são todos pagãos adorando falsos ídolos” (Zizek, p. 17). Falta o ato de fé que afine uma caminhada em direção ao reino dos céus na Terra e, para isso o Espírito Santo, se materializa na forma do Partido da Revolução.

A coletânea, realizada com doações de *copyright* pelos autores e traduções voluntárias para baratear o preço, objetiva ser uma referência e funcionar como subsídio teórico para

os manifestantes e simpatizantes do movimento no Brasil. Cabe anotar que nesse esforço, o texto de Noam Chomsky (“Occupy the future”), de fácil localização em versão eletrônica, tanto em inglês como em português, não consta na coletânea porque seus agentes literários não abriram mão do pagamento para cessão dos direitos autorais. O que é, no mínimo, curioso vindo de um autor anarquista e defensor público das quebras de patentes (a ponto de elogiar mundialmente o programa de medicamentos genéricos do governo brasileiro), das licenças abertas e de iniciativas como os *creative commons*.

É de um texto publicado nessa coletânea sobre os movimentos de protestos que parte o segundo livro alvo dessa resenha. O filósofo esloveno, Slavoj Žižek, reúne textos e intervenções acerca dos acontecimentos de 2011 (segundo ele, “o ano em que sonhamos perigosamente”, que dá nome ao livro), a luz do rápido e evidente refluxo que esses movimentos sofreram já desde os primeiros meses de 2012. O sonho perigoso do qual fala o autor como marca do ano fatídico de 2011 aponta para duas direções: “houve sonhos de emancipação, que mobilizaram

manifestantes em Nova York, na praça Tahir, em Londres e Atenas, e houve sonhos obscuros, que serviram de impulso para Breivik e para os populistas racistas de toda a Europa, da Holanda à Hungria” (p. 9). De saída, nota-se o esforço teórico do autor em estabelecer um antagonismo manifesto social e politicamente para uma leitura “objetiva” da atual situação do capitalismo global. Seu pano de fundo, que explica, em última *instância*, os acontecimentos, é a crise do capitalismo virtual-financeiro, iniciada em 2008, que forçou as duas forças antagônicas (esses dois sonhos opostos) a se posicionarem e se expressarem politicamente. A orientação dessa leitura parte da necessidade teórica em se retomar o conceito hegeliano de totalidade para travar uma disputa pelo Universal. Como afirma o autor logo no primeiro texto da coletânea, em referência à crise econômica de 2008: “A boa e velha noção marxista-hegeliana de totalidade ganha todo o seu sentido aqui: é crucial apreender a crise econômica em sua totalidade e não nos perdermos em seus aspectos parciais” (p. 23).

Fiel à teoria, sua análise baseia-se no antagonismo material, que leva a uma revolta contra a dominação, expõe

um processo de exploração global e deve nos levar a uma reviravolta revolucionária. A condição prévia é a de agirmos de maneira certa e fiel à teoria. E esta é a senha para atacar as análises contemporâneas de combate à dominação que valoriza a multiplicidade de lutas dispersas e descontínuas afirmando, mais uma vez, a centralidade teórica para homogeneizar os autores transmutados em adversários políticos. Para o filósofo esloveno, “Foucault e Agamben não são suficientes: todas as elaborações detalhadas dos mecanismos de dominação do poder da dominação, toda a riqueza de conceitos, como excluídos, vida nua, *homo sacer* etc., devem ser fundamentadas na (ou medidas pela) centralidade da exploração; sem essa referência à economia, a luta contra a dominação ‘uma luta essencialmente moral ou ética, que leva a revoltas pontuais e atos de resistência, e não à transformação do modo de produção enquanto tal’” (p. 16). Aparte constar na pequena lista de conceitos apenas termos encontrados em Agamben, e não em Foucault, o autor parece ver na crítica aos seus adversários do presente uma possibilidade de atualizar a crítica de Lênin aos proudhonianos, em *O*

Estado e a Revolução, a saber: que a luta contra a autoridade deveria obedecer a determinações materiais e meios adequados sob o risco de se tornar uma luta pequeno burguesa. Não é demais lembrar que no dia seguinte da ocupação do governo Russo pelos bolchevistas, os adversários anarquistas tornaram-se imediatamente inimigos que deveriam ser expulsos, enviados às prisões ou simplesmente executados.

Assim, prossegue o autor, ou nos mantemos fiéis à teoria ou anuncia-se uma catastrófica reação conservadora. É por isso que precisamos dela, para nos ensinar a ler os “sintomas” de uma era “eventiva” e, assim, permitir que se abram caminhos para clarificar as maléficas e mentirosas (ideológicas) forças da ordem. Pois a “limitada visão” dos libertários está turvada, nos ensina a teoria, pela fumaça da ideologia burguesa. Imputação que os libertários desconhecem, pois preferem a ação direta, os atos de resistência e a constituição de uma vida que afirma o *agonismo* da revolta como ética ao dar forma às práticas de liberdade. Atitude que coloca os libertários contra toda e qualquer forma de dominação, seja ela capitalista, comunista ou mesmo interplanetária pós-transcendental

ideológica, ultramoderna e holística. Assim, o mestre está calçado pela teoria para retirar as conseqüências políticas de seu ataque, pontificando que “o resultado da ênfase na dominação é um programa democrático, ao passo que o resultado da ênfase na exploração é um programa comunista” (p. 16). Afirmção que, nos limites da teoria, toma, psicanaliticamente, a liberdade e a luta contra a dominação como um desejo individual e coletivo. Não repara que a liberdade entendida como conjunto de práticas, como afirma o querer dos libertários, não tem fim, é *agonística*, avança de combate em combate, e não pode encontrar satisfação numa conformação legítima, legal e/ou constituinte, como ocorre com o desejo de democracia formal ou mesmo com a liberdade tomada como desejo.

Talvez o “real”, desértico e desolador, como pintado pelo filósofo esloveno, seja mais complexo do que a sintetização teórica no fornece. Mesmo com a honesta exposição de seu programa teórico-político (nesse sentido não há esforço para enganar o leitor), é apenas quando flerta com a análise que seus textos ganham força. Nesses momentos há uma capacidade de expor ao leitor como

as forças se acomodam num mundo de velocidade inebriante e convocação contínua pelos fluxos participativos, e que fazem da ideia de democracia um valor inquestionável e inevitável. Encontramos em seus textos uma bem fundamentada crítica ao atual desejo democrático (o que faz de Antonio Negri, com seus elogios ao governo Lula no Brasil, mais um de seus alvos, ver pp. 19-25). No entanto, essas críticas o levam a conclusões totalizadoras e universalistas, em uma palavra, autoritárias.

Os oito textos da coletânea dedicam-se aos variados “eventos” organizados segundo o antagonismo dos sonhos e tratam dos principais temas que animam o debate social e político do presente, a saber: as políticas multiculturais, organizadas nas variáveis raça e gênero, a crise econômico-financeira de 2008, e seus efeitos devastadores na Europa, e o atual discurso apocalíptico sobre a ecologia e os chamados desastres naturais. Não entrarei em interessantes conclusões a que chega, como, por exemplo, quanto ao ridículo de chamar determinados acidentes com Usinas Nucleares (como ocorrido recentemente no Japão) de catástrofes naturais; tampouco me ocuparei de alguns momentos cômicos sobre o

ridículo do pensamento conservador e das regras do politicamente correto, como o jantar entre intelectuais no qual era proibido fumar cigarros, mas permitido fazer uso de outras drogas. Deixo essas redescobertas para um possível leitor, para me concentrar no que se mostra como o cerne da argumentação de Žižek e em suas disputas político-intelectuais.

Orientado pelo crivo teórico freudomarxista (com recorrências constantes ao pensamento de Lacan e Hegel), são de grande valia suas críticas às políticas raciais e de gênero, que emergem, nos anos 1960, como lutas pela singularidade e liberdade de cada um e, hoje, estão configuradas como expoentes do racismo e do discurso conservador, em especial, na combalida Europa, mas com marca profundamente estadunidense. No entanto, sua fidelidade à teoria o impede de perceber as mutações, capturas e adequações que essas lutas sofreram, deixando de lado, sobretudo, seus iniciais traços de revolta, contestação e enfretamento. Quando nota essa dimensão das resistências, credita sua ação política à ideologia da democracia liberal, confundindo o *agonismo* das forças em luta na resistência às relações de poder, como coloca Foucault, com

uma *teoria agonística da democracia*, como proposta por autores como Chantal Mouffe, mais alinhados à filosofia de Habermas. Mesmo que evite a sintaxe do poder e do direito que ocupou o espaço da luta e da diferença, ignorar ou confundir a dimensão do *agonismo* o faz ver nessas lutas somente a reprise do destino conservador estrutural. Segundo o autor: “o que a série raça-sexo-classe esconde é a diferente lógica do espaço político no caso da classe: enquanto as lutas antirracistas e antissexistas são guiadas pelos esforços em prol do pleno reconhecimento do outro, a luta de classes visa a superação e a subjugação do outro, ou mesmo sua aniquilação, embora não seja uma aniquilação física direta, a luta de classes visa a aniquilação da função e do papel sociopolítico do outro” (p. 39-40).

Žižek dedica-se a um ataque aberto ao que ele chama de filosofia da diferença, buscando reavivar um universalismo igualitarista (recorrendo regularmente ao pensamento cristão) e a efetividade do conceito de luta de classes. Nesse esforço, poupa, parcialmente, apenas a filosofia de Gilles Deleuze (em especial no livro *Diferença e Repetição*), talvez por suas conhecidas reverências ao marxismo

e sua aberta defesa da produção desejante, em debate aberto por Guattari com a psicanálise lacaniana. Mas confunde, talvez propositalmente, a afirmação da singularidade e a coexistência das diferenças com o pluralismo liberal. Em termos de um *sério* debate filosófico, o que faz é um deslocamento um tanto espetacular e forçado dos temas, para evitar o embate metodológico e político que não está na oposição entre universal totalizante e o singular diferencial, mas em um embate entre uma lógica teórica binária, totalizadora e antagonista (em busca da constituição de uma autoridade legítima), em face a uma análise da multiplicidade, do singular acontecimento e do *agonismo* que não busca a síntese da luta, tampouco sua cristalização constituinte, acompanhando, na história, seus desdobramentos e acomodações, sem tabua de salvação ou juízo final.

No que se refere tanto aos efeitos da crise, quanto ao catastrofismo ecológico, os termos e temas se implicam e entrelaçam. Mais uma vez, por fidelidade teórica, Zizek, pinta um quadro de crise estrutural e esgotamento do capitalismo virtual-financeiro e apresenta a questão ecológica como um problema a

ser aceito de peito aberto como um anúncio apocalíptico do fim dos tempos, o fim dos tempos do capitalismo. Os fatores de adequação ou renovação do capitalismo atual, presentes tanto na alegada crise, quando no discurso ecológico (como anotado em diversos momentos nessa *Revista Ecopolítica*) são ignorados ou apenas atribuídos a fatores externos, parciais ou ideológicos que não fazem parte do “concreto universal”, mas apenas do “desértico real”. Por fim, embora recorra insistentemente aos textos do Novo Testamento, para imprimir a eles uma lógica imanente e revolucionária, deixa escapar que o anúncio do fim dos tempos e da volta do messias, funciona subjetiva e socialmente como uma maneira de reconhecermos nossas limitações, pecados e falibilidade em nome de nos melhorarmos constantemente em face à imagem da perfeição divina (um perfeito estalinista atualizado!). Nas palavras do filósofo, que recorre a recomendação de vigília, retirada do evangelho de Marcos, “na ecologia, essa fascinação apocalíptica [lembrando que a palavra deriva do grego *apokálipis*, que designa “revelação” ou “levantar o céu”] surge de diversas maneiras: o aquecimento global arrasará todos

nós em algumas década; as abelhas vão desaparecer em pouco tempo e haverá uma fome inimaginável... Devemos levar todas essas ameaças a sério, mas não nos deixemos seduzir por elas nem desfrutemos do falso senso de culpa e justiça. Ao contrário, devemos manter a mente aberta e 'vigiar'. (p. 133).

O anúncio do fim é apenas um alerta de que a perfeição e o bem são divinos e não humanos, o que, pela mensagem do Espírito Santo, nos enche de esperança de que um dia a hipocrisia mundana terá fim no Reino de Deus, que não é desse mundo, mas do além mundo. Uma análise diversa sugere que, se há um fundo teológico no catastrofismo ecologistas, ele está menos num novo mundo que vem e mais na humildade humana diante de suas pretensões divinas com a manipulação da natureza e sua causal reação na forma de catástrofes e/ou mudanças climáticas. Só desta maneira podemos analisar a ânsia atual por melhorias do corpo, do espírito e do planeta, o que vai à contramão das constatações teóricas de que vivemos num mundo cada vez mais laico. Há mais a construção de um dispositivo-meio ambiente e uma governamentalidade ecológica,

que reforma o capitalismo por meio dos discursos e práticas em torno do desenvolvimento sustentável, do que a abertura de reconhecimento que o capitalismo chegou ao seu limite final, ainda que se mantenha a vigília pelo seu fim. Não seria demais lembrar que proteção/conservação da natureza, respeito à dignidade e responsabilidade social, configuram-se hoje como temas e valores comuns tanto aos governos, ONGs e empresas transnacionais, quanto aos movimentos que vão do *Occupy Wall Street* à *Cúpula dos Povos*, na Rio+20. Se isso é um mascaramento ideológico ou não, dizê-lo ou revelá-lo não é atividade para o analista, mas missão dos teóricos.

Qual é, então, seu flerte com a análise? Em meio à ocupação de Wall Street, Zizek proferiu um discurso no qual fez um preciso alerta, que se confirmou rapidamente. O filósofo esloveno, do alto de um palanque, ao melhor estilo Lênin, chama a atenção dos manifestantes para que eles não se apaixonem por eles mesmos, que seria melhor amar o trabalho lento e contínuo que possui uma violência silenciosa: uma forma de não dizer ou não dialogar com seus opositores políticos que já se apressam em seduzi-los. Porém, logo

em seguida, afirma que a revolta ali expressa deve se transformar em vontade revolucionária (pp. 81-95), uma das artimanhas da sedução política e teórica que ele sugere. É impossível ao leitor atento não notar a semelhança do alerta do filósofo com as palavras de Michel Foucault na apresentação à edição inglesa de *Anti-Édipo*, com o título *Introdução a vida não fascista*, quando indicou como a prática da vida não fascista é não apaixonar-se pelo poder. Zizek não revela sua presumível fonte, mas vê-se aí um esforço em reterritorializar o que, para Foucault, podia ser desterritorilizado com a leitura de *O anti-Édipo*: a obrigação que existia nas primeiras décadas após a II Guerra Mundial em não deixar os sonhos vagarem muito longe de Freud e a não deixar a ação política e a crítica social muito distante de Marx. Em seu prefácio Foucault vê no acontecimento 1968 e no livro Deleuze e Guattari um duro golpe contra essas obrigações às quais estavam submetidos o pensamento crítico e a prática política até então.

Na tentativa de produzir uma volta à Freud e Marx, Zizek alerta contra a sedução dos supostos inimigos/ opositores dos ocupantes de Wall Street, mas pratica uma outra forma

de sedução que vem do amigo/ adversário que, ao minimizar as diferenças, quer fazer reinar sobre as demandas e quereres dos que se lançaram em uma luta política a sua alegada superioridade teórica. Seu ataque à sedução dos inimigos alocados no campo do capitalismo e da democracia burguesa visa seduzir os manifestantes para o campo exclusivo da Ideia comunista. Guardada as devidas proporções históricas, da mesma maneira que fez Lênin ao anunciar “todo poder aos soviets”, o que se traduziu como todo poder ao partido e centralização burocrática no Estado de posse da tarefa histórica. Coloca-se no campo de adversário em meio à conjuntura de luta contra a democracia burguesa, propondo composições e coalizões pontuais e, ao mesmo tempo, busca seduzir para seu campo teórico-político. Como ensina a história, ao chegar à vitória revolucionária o leque de inimigos se amplia para todos os que não *fecham* com o Partido, e os adversários em luta contra a burguesia hoje, tornam-se imediatamente inimigos da classe e do partido amanhã.

Esse uso não dito de um pequeno texto de Foucault torna-se ainda mais curioso quando

lembramos que ele tornou-se um dos principais alvos teóricos de Zizek. Um ataque que muitas vezes o aproxima, comicamente, de seus alegados principais antagonistas, os ultracanservadores estadunidenses (que, no Brasil, possuem seus ridículos simulacros como Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho). Como é comum entre os conservadores, Zizek, o filósofo, sem saber ao que recorrer para desqualificar o trabalho do francês, tenta deduzir dos comentários feitos em textos e entrevistas acerca das práticas sadomasoquistas, no qual Foucault ressalta a possibilidade do estabelecimento de um contrato entre duas pessoas (portanto, não universal), uma lógica liberal, de matriz kantiana, que governaria o seu pensamento. Vejamos a seguir uma citação longa, mas necessária para esclarecer o confuso argumento que, a despeito de ser um tanto torto e muito próximo de ataques ao pensamento de Foucault perpetrado por autores ultraconservadores, não é propriamente um ataque moralista. Ele parte de uma crítica ao moralismo do politicamente correto e, com isso, apenas expressa a derivação de um pensamento povoado pelos fantasmas da sexualidade freud-lacanianos: “a expressão teórica desse aumento

do prazer é a mudança de Freud/Lacan para Foucault: da sexualidade e do desejo para os prazeres dessexualizados, que lutam para alcançar o extremo do real cru. A expansão explosiva da pornografia na mídia digital é um exemplo dessa dessexualização do sexo: ela promete oferecer ‘cada vez mais sexo’, mostrar tudo, mas o que nos dá é o vazio e a pseudosatisfação infinitamente reproduzidos, isto é, mais e mais do real cru, desde *fisting* extremo (prática sexual predileta de Foucault) até *snuff* direto. A única satisfação que o sujeito pode ter com essa redução da sexualidade à exibição ginecológica da interação dos órgãos sexuais é a idiota *jouissance* masturbatória. (...) Nessas formas de escravidão consensual [o sadomasoquismo], a liberdade de mercado do contrato suprassume a si mesma: a troca de escravos torna-se a maior afirmação da liberdade. É como se o tema de ‘Kant com Sade’ se tornasse realidade de maneira inesperada” (pp. 56-57).

Meu objetivo é apenas expor analiticamente as formulações teóricas em torno dos protestos contemporâneos, não me interessa uma defesa do pensamento de Foucault, mesmo porque ele se sustenta

firmemente sem mim. Interessa menos ainda discutir as formas como os filósofos fazem sexo. No entanto, alguns comentários a essa análise de Zizek são interessantes para o embate político das lutas radicais. Sua crítica ao politicamente correto não voa muito longe das elaborações realizadas pelo jovem Marx na década de 1840, e avança pouco em relação ao que Louis Althusser elaborou, na década de 1960, acerca dos aparelhos ideológicos de Estado. Em seguida, pode-se notar como qualquer conhecedor dos escritos de Foucault acerca da história da sexualidade poderia dizer ao filósofo esloveno que sua descrição da exibição pornográfica atual (que eu ampliaria para os inúmeros *reality shows*, menos explícitos e mais sugestivos, mas com maior audiência), são precisamente efeitos da sexualização das práticas de prazer, que estão longe de se reduzir ao desejo sexual (leia-se, de Foucault, “Não ao sexo Rei”). Desta maneira, não seria difícil concluir que há, nas afirmações de Zizek, uma tentativa de estabelecer uma teoria de governo de matiz marxista (algo inédito, na medida em que encontramos, no máximo, uma teoria da revolução nos escritos marxistas) que retoma

precisamente, como mostra Foucault, um discurso sobre a sexualidade. Sua crítica à expressão jurídica da burguesia contemporânea — expressa na jurisprudência do politicamente correto e seus processos por assédio sexual, combinada com uma tentativa de desqualificação teórica de Foucault a partir de sua prática sexual favorita (isto é Zizek quem diz) e vinculando teoricamente seu pensamento ao liberalismo por meio de autores que ele comenta criticamente em seus escritos —, soa como uma tentativa de lançar bases para uma teoria da conduta comunista, o que explica, também, seu recurso ao pensamento dos quatro evangelistas do Novo Testamento. No entanto, o que é mais evidente, a despeito dessas hipóteses levantadas acima, é o ridículo de reduzir a possibilidade de contrato livre, liberado da centralidade soberana do Estado, e de conteúdos disciplinares e de controle do governo das condutas, a uma lógica do mercado e a prática sexual. Na medida em que, como mostra Foucault em seu curso “Nascimento da biopolítica”, a tarefa do Estado na governamentalidade de racionalidade neoliberal, é precisamente estabelecer um quadro jurídico (regras do jogo) para que o mercado possa cumprir

sua função reguladora de governo dos assujeitados em relação às pessoas inseridas nesse mercado (sejam elas físicas ou jurídicas). Assim, sobra ao Estado a tarefa de gerir as desigualdades, ao gosto das recomendações proferidas por outro filósofo caro à Zizek, e mentor do Terror revolucionário burguês, Jean Jaques Rousseau em seu verbete “Economia (moral e política)”. É preciso esclarecer que quando Foucault escreve a respeito da atitude crítica em Kant e a liberdade de contrato entre duas pessoas livres em Sade (o que para Camus, em “O homem revoltado”, inaugura a revolta moderna pela supressão do estatuto político do escravo) ele está apontando, precisamente, para a possibilidade de se liberar da imposição jurídica da soberania do contrato moderno e do conteúdo biopolítico das práticas de governo. Em suma, uma possibilidade, não de libertação, mas de gozar longe da inspeção (hoje, monitoramento) de juristas, policiais, psicanalistas e/ou filósofos, enfim, dos cidadãos.

A despeito de tudo isso, poderia aqui apenas recorrer ao mesmo texto de Foucault, que suponho ter inspirado Zizek, para dizer a ele que não *utilize uma prática política para*

desacreditar um pensamento, tampouco um pensamento para desacreditar uma prática política. Foucault chama a atenção em sua leitura de *O Anti-Édipo* para liberação que 1968 produziu nas práticas políticas e do pensamento, das quais o livro de Deleuze e Guattari era um de seus efeitos e que estávamos liberados para lermos livros verdes, vermelhos, azuis... *O não se apaixone pelo poder* também pode ser lido como um alerta ao efeito despotencializar e anti-vital das teorias e do direito universal e, ao mesmo tempo, um alerta ao novo que se abria diante dos olhos do planeta¹.

Passo, finalmente, para algumas considerações sobre os movimentos de ocupação e seu relâmpago ocaso

¹ Nesse ponto tomo a liberdade para extrapolar os limites de uma resenha e remeter o leitor à análise, largamente utilizada nesses comentários, de Edson Passetti do prefácio escrito por Foucault no artigo “Foucault-antifascista, São Francisco de Sales-guia e atitudes parresiasistas” In Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, pp. 117-134. Nesse escrito encontra-se não apenas uma análise libertária de um direito livre da transcendentalidade, na articulação das práticas políticas em Proudhon, Stirner e Foucault, como, também, uma análise crítica à noção de *performace* em Judith Butler, tão cara ao pensamento de Zizek para sua crítica à moral e à cultura atuais.

ao abraçar as teorias. De fato, o alerta de Zizek, tomado de Foucault, se confirmou. O entusiasmo diante do que atravessou o planeta em nome da indignação, da causa ecológica e da regulação do capitalismo virtual-financeiro, mostra seu rápido esgotamento e acomodação. De um lado, assistiu-se a absorção das demandas por empregos e seguridade financeira por governos de direita e de esquerda na Europa e nos EUA; de outro, muitas das organizações que animaram os protestos de 2011, embora de fato apartidárias, como a *Revista Adbusters*, mostraram-se intimamente ligadas às grandes associações da chamada sociedade civil organizada global, como o *Greenpeace* e o *Open Society Institute*. Por fim, o que restou de associação com a chamada política radical no EUA, tornou-se tema para teses e curso optativos nos bancos universitários, como já existem, na *Columbia University*, com os programas de *Occupy Theory* (ver www.occupytheory.org ou <http://www.iopsociety.org/doc/Occupy-Theory.pdf>). Da mesma maneira, só que mais rapidamente que as lutas dos negros e dos gays (para citar dois exemplos) se tornaram *Teoria Queer* e *Teoria Étnica-Cultural* para pacificar teoricamente uma revolta inusitada. Se

a crítica teórica encontrada nos livros aqui resenhados, embora orientada por uma perspectiva revolucionária, produziu algo até aqui, foi insumo para reificar antigas teorias. O que não equivale dizer que ela não é capaz de produzir algo diferente, a previsão não é tarefa da análise.

Aos teóricos da revolução segue o ataque ao que desestabiliza: a revolta. E como coloca Zizek na conclusão de seu livro, recorrendo ao evangelho de São Marcos, a esperança é o que alimenta a eterna vigilância. Vigiai, é tudo que ele recomenda aos que se mantiveram, a partir dos movimentos de ocupação, numa perspectiva de transformação social. Mais uma vez, aproximando-se de uma certa tradição teórica do liberalismo estadunidense, que insiste que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Com a diferença que, enquanto estes acreditam vigiar pelo o que já possuem, em Zizek a vigilância é pelo que virá, como no apocalipse, e transformará o sonho em realidade. Cabe apenas reconhecer, neste ponto, a honestidade de princípios do filósofo. Ele não faz rodeios ao anunciar que nessa longa noite de sonho, que anunciará o apocalipse, só mostrará sua efetividade com o Terror, não o terrorismo da revolta,

mas o Terror revolucionário que deve se tornar Terror de Estado, na melhor tradição que vem Rousseau e dos jacobinos, na medida em que nossa triste existência no presente se deve ao *outro*, esse *outro* que deve ser aniquilado para que o Reino de Jerusalém realize-se na Terra. Em outras palavras: o juízo final iluminado pela tocha flamejante da verdade teórica que aniquilará os impuros e os pecadores. Que a revolta nos livre dessas pretensões do bem e da igualdade universais!

Portanto, estão aí dois livros que devem ser lidos como um alerta aos

que se prestam a promover funerais de práticas políticas na história. A despeito de seus esforços teóricos em revelar os antagonismos estruturais e mais ou menos determinantes, eles dão nota de que, no campo das lutas políticas históricas, o *agonismo* não cessa e as forças em luta podem, surpreendentemente, mostrarem sinais de vida onde se acreditava encontrar apenas um corpo embalsamado. Ironicamente, é possível afirmar com essa leitura: atenção com o apetite dos que se prestam às reuniões de vigília em torno de um cadáver!